

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

A Sinologia em perspectiva

André Bueno*

Resumo: Este artigo busca apresentar uma perspectiva geral da sinologia e sua importância no campo da história.

Palavras-Chave: Sinologia – China Antiga – Orientalismo.

Abstract: This article searches to present a general perspective of the sinology and its importance in the field of history.

Keywords: Sinology – Ancient China – Orientalism.

No contexto acadêmico moderno, a China tem sido tratada como um objeto emergente de interesse – embora este seja um caso muito mais específico para o Brasil, onde não temos, aparentemente, uma longa tradição sinológica – do que em outros países da Europa (inclusive Portugal) e dos Estados Unidos. Um dos primeiros problemas apresentados como uma objeção básica ao estudo da China tem sido o seu tratamento enquanto entidade cultural e histórica. Ao entrarmos numa universidade de história ou filosofia, nos deparamos com uma série de cursos obrigatórios que visam cobrir todo o período de formação do Ocidente, desde a antiguidade, até os dias de hoje. Nosso país encontra-se, pois, inserido nesta genealogia de saber, o que nos permite, por conseguinte, isolar e tratar a China como uma civilização a parte de nossos conteúdos – ou seja, em primeiro lugar, ela é tida como um corpus civilizacional completo e praticamente ahistórico, que não está inserido em nenhuma de nossas fases históricas (exceto, raramente, em história antiga ou contemporânea); em segundo lugar, a história asiática, mesmo representando mais de metade do mundo pensante, é considerada desnecessária para nossa formação humanística. Podemos aprender – ou ao menos, esta é a nossa ilusão- um amplo conjunto de teorias e métodos históricos explicativos que serão mais do que suficientes caso um dia, por acidente, nos interessemos por esta “misteriosa” civilização asiática.

Este primeiro ponto põe em xeque, pois, a consideração que temos sobre nossas práticas de saber; se elas podem (e se são) suficientes para estudar a Ásia e compreendê-la de

*Professor Adjunto de História e Filosofia da FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Paraná.

modo necessário, porque não a estudam? Em segundo lugar, se estas mesmas formas valem tanto para o Ocidente quanto para o Oriente, devemos crer que elas se consideram, de algum modo, *universais*. Se são universais significam, portanto, que foram feitas e servem para entender o papel do ser humano no mundo; logo, o ser humano pode ser aceito com um ser único, separado apenas por laços culturais, mas de características inequivocamente igualitárias.

Se isto ocorre, no entanto, podemos supor então que em outras partes do mundo, em épocas diferentes das nossas, estes mesmos seres humanos não foram capazes de pensar o mesmo que nós? Não teriam eles descoberto o mesmo aparato intelectual e científico que julgamos exclusivamente nossos? E se descobrirem, como o saberemos, se não os estudamos? Ou ainda, se eles são tão culturalmente diferentes (como alguns afirmam), não seria justamente esta a razão para tentar entender o porquê seres humanos como nós chegaram a conclusões tão diferentes no campo do saber? Não é justamente a busca por estes objetos culturais novos tão cara a história, antropologia, filosofia, entre outras ciências humanas (e podemos estender o comentário as ciências exatas, médicas e biológicas igualmente)?

Há aqui uma contradição flagrante: se a definição dos objetos históricos envolve uma série de características peculiares – diferença, singularidade, ineditismo, curiosidade, fascínio, potencial explicativo, etc – aparentemente a China guarda todos estes atrativos. No entanto, justamente por todas estas condições ela é negada pela academia – e no caso do Brasil, tal ótica ainda é ilustrada por uma série de críticas intelectualmente estreitas e xenófobas. Ou seja, a China não é negada apenas por ser difícil, ou distante; é necessário negá-la para afirmar uma hierarquia de poder que determina, a priori, o que um aluno deve ou não estudar. A sondagem de um objeto como a China pode criar uma enorme dificuldade para um especialista, quando ele descobre que concepções históricas ou intelectuais que ele julgava serem exclusivamente suas não o são mais – o “oriente misterioso” pode tê-las atingido antes, o que aparentemente desmoraliza o papel criativo daqueles que descobriram X ou Y idéia. Podemos ainda somar a este problema desafios de caráter extremamente prático, tais como “porque a China, mesmo destruída no final da segunda guerra, tem hoje uma economia muito mais desenvolvida que a do Brasil, que não foi invadido”? Tal resposta chega a ser embaraçosa para nós, posto que a dificuldade em respondê-la não é apenas teórica ou conceitual – o fato é que não sabemos praticamente nada sobre esta civilização, e a ausência de informações nos torna incapazes de articular respostas satisfatórias. Como bem afirmou o sinólogo inglês Raimond Dawson,

Não me parece que necessitemos investigar profundamente o lugar que a China ocupa em nossos programas de estudo escolares para nos darmos conta de que a educação tem feito muito pouco para permitir que a grande massa [...] possa formar uma idéia aproximadamente verdadeira da China. (DAWSON, 1970:229)

Por conta disso, o estudo da China tem sido apenas esporadicamente realizado, em condições que determinam a sua importância para explicar *problemas nossos*, e não propriamente para entender esta cultura. A China é um “espelho distante”, uma civilização ilustrativa para modelos que queremos testar e aprovar. Ela surge sem um caráter próprio, senão aquele que queremos negar -e por isso, ela se apresenta fragmentária ao nosso conhecimento, assustadora em suas possibilidades e contradições.

Nesta comunicação, portanto, buscarei analisar alguns dos aspectos que tornam necessária uma revisão sobre o nosso modo de proceder em relação à China, o que constitui essencialmente esta campo a que denominamos *Sinologia*. Estudá-la pode ser mais do que apenas uma opção – é possível, por uma série de razões intelectuais e pragmáticas, considerá-la como indispensável para a nossa formação profissional e humana, mas como fazê-la? Como afirmou Jacques Gernet,

Quando se fala da China, pensa-se que os milênios contam pouco. Mas não nos iludamos – só uma evolução prodigiosa pode conduzir das idades neolíticas à formação de um vasto império centralizado, comparável ao de Roma, porém muito mais povoado e muito mais avançado no campo da técnica. Além disso, pelo fato de a China estar longe de nós, a sua história não tem, ao mesmo tempo, o privilégio de ser menos rica e menos complexa. A grande quantidade de trabalhos especializados [...] tudo isto serve para tornar ainda mais difícil o trabalho do divulgador. Ele deveria, sem dúvida, reter apenas o que é mais evidente, mas também interrogar-se sobre aquilo que pudesse ter valor explicativo e permitisse marcar as grandes articulações da História [...] (GERNET, 1969: 7-11).

A Sinologia com área de saber

Apesar do nome, a Sinologia não é, no sentido estrito, uma ciência. Embora algumas vezes a tenhamos chamado de “ciência das coisas chinesas”, não podemos admitir que a civilização chinesa é um objeto de análise completamente diferenciado de outras sociedades existentes para que se justifique, por conseguinte, a criação de uma área científica com fins específicos de estudá-la (KUIPNER, 2000).

No entanto, a mesma China impõe desafios notavelmente singulares e problemáticos com relação às ciências humanas, biológicas ou mesmo exatas que buscam porventura estudá-la. Afinal, como a historiadores ocidentais, por exemplo, lidam com a

incorporação da historiografia tradicional chinesa, cujos avanços foram notáveis e sem a qual é absolutamente impraticável estudar o passado chinês? Como a medicina ocidental trata com um outro tipo de medicina cuja eficácia é comprovada, mas que possui um sistema de funcionamento que nos é desconhecido? A física, a matemática e a astronomia têm percebido a importância de muitas descobertas chinesas na evolução destas ciências, mas a dificuldade da língua impõe mais uma barreira na compreensão de como estes conhecimentos foram elaborados e construídos. A China, enfim, exige um tratamento especial, que acidentalmente a diferencia em qualquer campo de estudo constituído como área de saber no Ocidente.

Assim sendo, os ditos “departamentos” de sinologia no Ocidente tendem sempre a estar ligados a algum tipo de cadeira em especial (história, literatura, etc.), mas nunca restritos a ela. A formação de um especialista em cultura chinesa exige, de qualquer modo, um certo conhecimento da língua, do pensamento filosófico e científico, dos costumes, hábitos, da evolução histórica, enfim...de fomentar uma base que habilite o sinólogo a trafegar em áreas diversas do conhecimento - e que normalmente extrapolam as funções básicas de um historiador ou literato.

Todavia, a Sinologia é um dos campos mais propícios à experiência interdisciplinar do conhecimento. Quando o mentor da sinologia francesa moderna Édouard Chavannes (1865-1918) iniciou, no final do século XIX, a construção dos expedientes teóricos e metodológicos pelos quais esta área se desenvolveria, seu intuito primeiro foi o de incorporar, de forma equânime, todas as possibilidades de investigar a história e a cultura chinesa através dos estudos lingüísticos, da arqueologia, da filosofia, arte e – principalmente – do domínio das visões chinesas sobre estes mesmos tópicos. Seu principal seguidor, Marcel Granet (1884 - 1940), foi responsável pela adição dos métodos de pesquisa sociológicos no estudo do passado chinês, dando uma contribuição fundamental para a quebra do eurocentrismo que tradicionalmente guiava os orientalistas ocidentais (ESCARRA, 1937:10-13).

No contexto europeu, este quadro evoluiu em sentidos diferentes, tendo cada país adaptado, de uma forma ou de outra, o contexto da sinologia as suas linhas diretivas de funcionamento. Tal tendência caracteriza, por exemplo, o porquê da ampla importância dada pelos alemães ao estudo da arte e pensamento chinês, bem como dos ingleses em torno da ciência, da economia a da tradução de clássicos, etc... Obviamente que estes limites não são precisos nem absolutos, mas demonstram que a sinologia conta, apesar de tudo, com uma

certa liberdade de ação, uma relativa autonomia que a permite trafegar por diversas áreas do conhecimento de modo mais flexível, dadas as suas necessidades específicas, e ainda que ela seja influenciada pelos interesses de uma determinada sociedade ou comunidade científica.

Podemos afirmar, enfim, que a Sinologia não é uma ciência. Mas o conjunto instrumental que permite dominá-la só pode ser alcançado através de uma experiência cultural e interdisciplinar única, que dificilmente pode ser obtida através das temáticas mais comuns encontradas dentro das próprias ciências ocidentais.

Ferramentas Sinológicas – o estudo da Língua

Como vimos, a qualificação de um estudioso qualquer como *sinólogo* - independente de sua área de atuação - exige uma formação específica onde o aprendizado da língua chinesa torna-se peça fundamental no entendimento desta cultura.

A língua chinesa, por ser ideográfica - ou seja, não sendo composta por letras como no alfabeto, mas por símbolos independentes que expressam idéias e palavras completas - possui um potencial singular de poder ser compreendida sem que se saiba pronunciar seus vocábulos, o que lhe propiciou uma vasta difusão e aceitação em grande parte da Ásia. Além disso, a história da escrita chinesa, tal como conhecemos hoje, tem uma tradição milenar documentada e coerente, que lhe garante uma base poderosa de sobrevivência - seja através d'uma conexão íntima com o passado, seja pelas suas inúmeras possibilidades de emprego.

Por conta disso, para compreender o pensamento e os sistemas de idéias chineses, é de certo modo indispensável que se tenha algum domínio desta língua - ainda que instrumental. Claro, o chinês antigo (ou "clássico") possui certas convenções que não são mais utilizadas atualmente: até o início do século XX, por exemplo, havia uma diferença significativa entre o chinês escrito e o falado - algo semelhante ao emprego do "vós sois" em português, que ainda conjugamos na cartilha, mas que não usamos mais no cotidiano - no entanto, estas diferenças podem ser facilmente aprendidas, ou resolvidas de forma ainda mais singela com o uso de um bom dicionário. Tal condição mostra a presença que esta escrita alcança na vida dos chineses, posto que as possibilidades históricas e culturais por ela geradas aproximam muito mais os chineses de seu passado do que a relação latim-português, por exemplo, atrai os brasileiros. Não se está a aprender outra língua de antigamente - os chineses

estudam *a mesma língua* que seus ancestrais já utilizavam pra escrever, e isso é algo desconhecido para os ocidentais.

No entanto, a escrita tradicional foi construída sobre um sistema trabalhoso de representação, e cada um dos ideogramas é composto, muitas vezes, por um número exaustivo de linhas e traços. Por conta disso, as representações artísticas da caligrafia chinesa buscaram sintetizar os ideogramas em representações simplificadas, ou associativas, sobre as quais se aplicou então uma inédita experiência gráfica. Esta experiência foi aproveitada largamente na criação do Chinês simplificado, utilizado na China continental e em vários órgãos de difusão espalhados pelo mundo, bem como no meio acadêmico. Sua principal virtude é a de construir os ideogramas através de um número bem menos de linhas e traços, estabelecendo também processos associativos de idéias que incorporam tanto a fonética quanto as experiências da caligrafia artística. A grande crítica que se faz a este sistema tem sido a da ruptura com o passado, posto que os textos mais antigos precisam, de certo modo, serem “traduzidos” da escrita tradicional para a moderna. No entanto, o processo não é tão complexo quanto parece, e muito do que se tem dito em torno da disputa “tradicional x simplificado” tem mais conotação política do que propriamente cultural. Senão vejamos:

- Para nós ocidentais, discutir a primazia de um sistema sobre o outro é tão absurdo quanto alguém vir e interferir no processo de construção da língua portuguesa, por exemplo. Ninguém realmente aceitaria com sério a proposta de nós voltarmos a falar em galego antigo, ou ainda, de praticar formas verbais como o já citado “vós sois”. Este é um problema exclusivamente chinês, que diz respeito à necessidade de educar – literalmente – bilhões de pessoas. Além disso, a língua e a linguagem evoluem, e crer que podemos interferir neste processo por causa de nossos anseios ou projeções sobre a “herança oriental” é arbitrário, absurdo e de certa forma, imperialista.

- As dificuldades são específicas para aquele que quer aprender chinês. Se por um lado o tradicional abre portas, seu aprendizado é mais difícil; enquanto isso, o simplificado pode ter uso mais restrito, mas tudo depende do quanto ou com o que o sinólogo pretende dialogar. Além disso, quase todos os documentos da China antiga encontram-se traduzidos nas duas versões – ou seja, para historiadores, literatos, cientistas, etc. o material básico para formação sinológica encontra-se a disposição em qualquer sentido.

Creio, portanto, que o tipo e a intensidade do aprendizado dependem exclusivamente do que o especialista pretende atingir da cultura chinesa. Quanto ao modo de

escrita a se aprender (tradicional ou simplificado), a disponibilidade, bem como a qualidade do professor, são os fatores decisivos na construção da base lingüística que o estudante irá construir para si.

Ferramentas de pesquisa

As fontes para o estudo da China moderna (entendida aqui como a época pós-imperial, a partir de 1911) são de fácil acesso para os acadêmicos ocidentais, o que torna desnecessário apresentá-las. Muitas se encontram, inclusive, traduzidas, condição que facilita em demasia sua divulgação. A base que constitui a cultura chinesa não pode, contudo, ser encontrada nestes textos. Deve-se ter algum conhecimento de certos escritos, tratados e livros que usualmente são pouco traduzidos, divulgados ou mesmo conhecidos, dada sua antiguidade e/ou especificidade.

Do mesmo modo, a arqueologia tem legado para o estudo da civilização chinesa uma quantidade profusa e abundante de materiais para estudo, que em muito tem contribuído para a reconstituição da história chinesa. No entanto, devemos lembrar que esta é uma civilização letrada, cuja herança escrita não pode de modo algum ser deixada de lado. Na verdade, tanto a arqueologia como a documentação textual tem mais se apoiado do que se excluído no caso chinês, o que torna esta civilização ainda mais singular em relação ao estudo da antiguidade ocidental européia.

A primeira das coleções que um especialista deve conhecer é a *Siku Quanshu*, ou *Coleção dos quatro ramos literários*. Esta coleção, composta por mais de três mil livros (1501 volumes, divididos em 3460 livros, organizados em 44 áreas diferentes, exatamente), foi compilada no período de 1773 a 1782 e abrange grande parte da produção literária desde a época de Confúcio (séc – 6, -5). Ela inclui textos de todos os tipos, como história, ciências, filosofia, medicina, agricultura, enfim, todo um conjunto de vastos saberes acumulados durante quase dois milênios. As fontes surgidas após a sua edição foram agrupadas em dois complementos também significativos, mas de menor monta, intitulados *Wan Wei Bie Cang* (*Coleção de Wanwei*, 120 volumes) e *Si Bu Cong Kan* (*Coletânea dos quatro ramos literários*, 150 volumes), ambas produzidas no século +19. Uma última coleção deve ser citada, a enciclopédia *Gu Jin Tu Shu Ji Cheng* (*Coleção de livros do passado e do presente*, 79 volumes), realizada em 1708 e similar às enciclopédias que conhecemos no Ocidente.

Existem versões modernas destes textos, produzidas eletronicamente e que facilitam em muito seu acesso. Estas coleções fornecem uma estrutura fundamental para o estudo da sinologia.

No mais, podemos recorrer ainda aos trabalhos de especialistas ocidentais cuja produção pode ser considerada, qualitativamente, como um bom indicador para o estudo da História ou da Cultura Chinesa. A *História da China* produzida por Cambridge é uma destas coleções ao qual podemos recorrer com segurança. O mesmo se dá com a obra de sinólogos como Marcel Granet ou da grande enciclopédia chinesa de Jacques Gernet intitulada *O Mundo Chinês*, recentemente atualizada. Para um bom indicativo de traduções chinesas antigas, podemos recorrer ao livro organizado por Michael Loewe, *Early chineses texts*. Outro bom livro é *Introduction to research in chinese source materials* de Alvin P. Cohen, publicado pela universidade de Yale.

Conclusão

A sinologia é, portanto, uma área desafiadora de construção do saber. Em meio a um certo desânimo acadêmico ocidental, representado pelo aparente esgotamento de temáticas, o estudo da história chinesa apresenta ainda um ineditismo instigante, um ar de descoberta corroborado pela existência deste objeto histórico vivo que é a própria China. Como civilização que se constrói e se reproduz continuamente, a cultura e a sociedade chinesas nos dão uma oportunidade única de aprendizado, que não deve ser subestimada pelo contexto eurocêntrico desta nossa fase da história.

Referências bibliográficas:

BARMÉ, G. *On New Sinology* in **Chinese Studies Association of Australia Newsletter**, No. 3, Australian National University, 2005.

COHEN, A. **Introduction to research in chinese source materials**. Yale: Yale University press, 2005.

DAWSON, R. **El camaleon chino**. Madrid: Alianza, 1970.

ESCARRA, J. **La Chine et as civilization**. Paris: Armand Colin, 1937.

GERNET, J. **China Antiga**. Lisboa: Arcádia, 1969.

GERNET, J. **O Mundo Chinês**. Lisboa: Cosmos, 1979.

KUIPJER, H. *Is Sinology a Science?* in **China Report**, Vol. 36, No. 3: Nova Delhi, 2000, pp. 331-54.

LEYS, S. **Ensaio sobre a China**. Lisboa: Cotovia, 2006.

LOEWE, M. **Early chinese texts**. Califórnia: California Institute of the East, 1994.

OLIVEIRA, F. *Sinologia: a Falta de Continuidade* in **Macau Hoje**. Macau, 2006 disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?today=27-04-2006&type=culture>

TWICHETT, D. et alli. **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986-2004 (10 volumes)